



## Boletim Nutrindo a Mudança – FEVEREIRO DE 2024

### Veneno de terno, gravata e jaleco

Por Susana Prizendt - C. P. C. A. P. V. e MUDA-SP - publicado originalmente no site da Mídia Ninja

*Alvos do lobby da indústria de agrotóxicos vão dos campos às mesas e das escolas às universidades, atingindo os poderes judiciário, legislativo e executivo. Se vetos de Lula ao Pacote do Veneno forem derrubados, envenenamento no país vai se agravar fortemente*

Cerca de seiscentas páginas: esse é o espaço ocupado pelos estudos científicos que compõem o [Dossiê Abrasco - Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde](#). Trata-se de uma compilação de dimensões hercúleas, organizada pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva, com centenas de pesquisas feitas em várias regiões do país por integrantes de entidades consagradas no setor acadêmico, como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Não, não estamos falando de achismos.

Lançado em 2012 (com um complemento posterior, publicado em 2015), a obra - uma leitura fundamental para todos nós que lutamos por um modo de cultivar que não destrói a vida -, não deixa espaço para dúvidas em relação à gravidade da situação que enfrentamos no país. Estamos sendo envenenados, seja através dos alimentos que chegam às nossas mesas, da água que sai de nossas torneiras e até do ar que respiramos, sobretudo no caso de quem vive em áreas próximas às grandes monoculturas, com seus aviões pulverizadores a cruzarem os céus.

Infelizmente, a expressão “chuva de veneno” não é uma metáfora. Também não é somente uma alegoria no título de [um documentário dramático](#) que retrata uma escola atingida pelo conteúdo tóxico de uma pulverização aérea, em 2013. Embora o caso retratado seja especialmente trágico, vitimando crianças - que precisaram de socorro hospitalar na época e que, passados tantos anos, ainda sofrem consequências do ocorrido - ele está longe de ser o único. Os despejos de cargas tóxicas por aviões do agronegócio sobre os territórios brasileiros vêm sendo usados até mesmo como uma arma contra as populações camponesas, indígenas e quilombolas, já que, para expulsar os povos dos campos, das florestas e das águas de suas moradas ancestrais, a máfia do veneno recorre até a guerra química, aproveitando a facilidade com que se consegue, em nosso país, substâncias altamente agressivas, muitas delas cancerígenas e proibidas em países do norte global.

Para quem acha que carreguei demais, ao usar a expressão “máfia do veneno”, sinto informar que a união das grandes corporações transnacionais, produtoras de agrotóxicos e sementes transgênicas, com uma elite rural brasileira altamente reacionária, formada na esteira da colonização escravista, deu origem a uma organização extremamente poderosa, que opera sem nenhuma preocupação com qualquer parâmetro ético e, muitas vezes, até mesmo com parâmetros legais.

Se temos hoje um parlamento dominado por setores que agem para “passar a boiada”, compondo o que é chamado de “bancada do boi” (embora eu prefira deixar o boi fora dessa e chamá-la de “bancada do trator”, “tratorando” nossos direitos mais básicos), é graças à rede mafiosa que se formou para sustentar tamanha desproporção representativa. Nossa população teria que ser formada por 117 milhões de fazendeiros para que a atual Câmara dos Deputados fosse compatível com ela, já que esta possui [58% das cadeiras](#) na casa. No caso do Senado, o número seria semelhante. É óbvio que são distorções

gigantescas da chamada “democracia representativa”, já que não há representatividade de fato nos espaços legislativos que estão aí.

A pergunta chave é: por que? A resposta envolve um termo muito mencionado no mundo do ativismo socioambiental, mas que segue ausente no vocabulário do povão - o lobby.

### **Quem banca a bancada do veneno**

Estrangeirismo de difícil tradução na língua portuguesa, a palavra lobby é comum nos bastidores de espaços de decisão, como Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, gabinetes de prefeitos e governadores e agências públicas reguladoras. A tentativa de influenciar no que será decidido pelas pessoas responsáveis pela condução das políticas públicas a nível local, regional ou nacional é um ato inerente ao campo da política e é mais do que legítimo que grupos que militam por uma determinada causa se organizem para que suas pautas sejam atendidas. Se você é sensível à causa animal e tem disponibilidade para unir um conjunto de pessoas que também têm essa sensibilidade e procurar um parlamentar para reivindicar o fim da criação de galinhas em gaiolas ou a proibição do uso de peles de animais selvagens na moda, tem todo o direito de fazer isso.

De fato, quando saímos da esfera da democracia representativa e entramos na esfera da democracia participativa, é natural que organizações da sociedade civil frequentem espaços públicos de decisão e atuem vibrantemente para viabilizar o que acreditam ser melhor para a coletividade. Nós, ativistas da Agroecologia, temos feito isso constantemente e foi graças a esse protagonismo que pudemos avançar até hoje, com conquistas como a [Lei da Alimentação Escolar Orgânica](#) no município de São Paulo e a Lei pela proibição da pulverização aérea no estado do Ceará, conhecida como [Lei Zé Maria do Tomé](#), em homenagem ao líder comunitário que, em 2010, foi assassinado na Chapada do Apodi. Então, podemos falar com a boca cheia que, sim, fizemos, fazemos e faremos lobby enquanto houver algo pelo que lutar!

O problema é que, no caso das organizações que representam setores como a indústria de agrotóxicos e de transgênicos, há um elemento profundamente desequilibrante: o poder econômico descomunal. Eu e você chegamos até a fazer vaquinha para imprimir os materiais que levamos a vereadores e vereadoras da nossa cidade para tentar convencê-los a agir em prol da nossa causa, não é? Já no mundo corporativo, a escala de valores é outra e pode chegar à casa dos milhões de dólares. Departamentos inteiros de advogados, publicitários e até cientistas, financiados por grandes empresas, trabalham ininterruptamente para que os interesses de seus “patrões” prevaleçam em decisões tomadas na esfera pública.

Sabe aquela desproporção de que falamos em relação ao número de parlamentares que fazem parte da “bancada do trator”? Pois é. Nada é por acaso. Eles só foram eleitos desse modo desproporcional à população do país porque têm uma potente estrutura econômica “bancando” suas bancadas e carreiras políticas. Além disso, boa parte deles é - ou passa a ser quando entra nos parlamentos - dona de latifúndios.

No livro [O Partido da Terra](#), o jornalista Alceu Castilho apresenta um panorama das propriedades territoriais de deputados e senadores e traz números chocantes, mostrando que o chamado “coronelismo” segue imperando na política nacional. Portanto, como já deu para perceber, ao promoverem mudanças nas leis que afrouxam as regras de proteção social e ambiental, eles beneficiam-se duplamente. De um lado, ganham mais liberdade para explorar suas próprias terras e seus trabalhadores. De outro, contam com as benesses econômicas concedidas pelas poderosas empresas de agrotóxicos, fertilizantes químicos e organismos geneticamente modificados, agradecidas por se livrarem de leis mais restritivas.

### **A arte da persuasão**

Podemos afirmar que o que não faltam são comprovações de que o modelo produtivo praticado pelo Agronegócio é totalmente insustentável. Ele não preserva a natureza. Ele não traz riqueza para a população brasileira. Ele não mata a fome. Os dados estão aí e podem ser conferidos em estudos, como [O Agro não é tech, o Agro não é pop e muito menos tudo](#), produzido pela ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária e pela FES Brasil; em artigos, como [As top 5 mentiras do agronegócio](#), disponibilizado

pelo Greenpeace e em relatórios, como o [Atlas dos Agrotóxicos - Fatos e dados do uso dessas substâncias na agricultura](#), lançado há pouco tempo pela Fundação Heinrich Böll.

Sendo assim, vale nos perguntarmos: como é que a maior parte da sociedade acredita que esse setor é o motor da economia, que produz de forma sustentável, que alimenta não só o Brasil, mas boa parte do globo terrestre - chegando ao absurdo de propagar que cerca de um bilhão de pessoas no planeta são nutridas por ele? A resposta está, mais uma vez, na “força da grana que ergue e destrói coisas belas”, como canta Caetano Veloso.

Sim, uma carteira farta pode fabricar “verdades”. Está aí o mundo do marketing para provar como isso pode ser feito. Fumar já foi considerado benéfico à saúde graças a essa capacidade de distorcer a realidade. Com vultuosos maços de dólares destinados a cientistas, governos e marqueteiros, foi possível popularizar os maços de cigarros até em regiões remotas, como a Oceania. E a receita vem sendo seguida com muito afincio pelo setor agronegócio. Quanto você acha que custa cada segundo de anúncio na emissora de TV mais assistida do país? Não, nossas vaquinhas ativistas não dão conta de entrar nesse páreo. Imagens de fazendas exuberantes, altamente tecnológicas, com trabalhadores sorridentes e rebanhos saudáveis, acompanhadas de números muito bem selecionados para não mostrar realmente tudo o que eles representam - deixando meticulosamente de lado as chamadas “externalidades” -, surgem diante dos olhos dos espectadores nos horários de maior audiência televisiva. Como não se orgulhar desse Agro Pop?

Por outro lado, quantas pessoas sabem dizer que nosso país permite a utilização de vários agrotóxicos que são [proibidos na União Europeia](#) devido aos danos que causam em seres humanos e na natureza? Que os índices de abortos espontâneos e malformações fetais são muito maiores em regiões de grandes monoculturas? Que polinizadores essenciais ao cultivo de um imenso conjunto de espécies comestíveis estão sendo dizimados pelos venenos agrícolas, como é o caso das abelhas? Que nosso país utiliza o mesmo tanto desses biocidas que as duas maiores potências globais, EUA e China, usam juntos e a média por hectare é de [cerca de 5 vezes mais](#) do que é usado em cada um desses gigantes territoriais? Dossiê Abrasco, o que é Dossiê Abrasco? Aliás, o que é mesmo que significa a palavra “dossiê”? É mais fácil as pessoas recitarem dados detalhados sobre os artistas famosos do momento ou frases inteiras ditas pelos pastores nas igrejas do que compreenderem termos como “Dossiê Abrasco” ou “Atlas dos Agrotóxicos”.

A necessidade de mostrar para a população que o Agro é tóxico foi um dos motivos da criação da [Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida](#), em 7 de abril de 2011. A data, Dia Mundial da Saúde, não foi mero acaso, já que o envenenamento a que nosso povo está sendo submetido tem feito explodirem os casos de distúrbios neurológicos, endócrinos e reprodutivos - e até de câncer, inclusive junto ao público infantil. Ainda em 2013, escrevi um artigo para o [Relatório dos Direitos Humanos no Brasil](#) que se chamava “O Envenenamento da Infância”, trazendo um alerta para o aumento da ocorrência de carcinomas em crianças, o que se mostrou relacionado, com bem demonstrou a Dra Silvia Brandalise, à exposição a determinados agrotóxicos, inclusive aos inseticidas que são usados para controlar mosquitos. Nos 10 anos que se passaram desde que escrevi o artigo, pouco se falou na mídia comercial sobre essa tragédia, mostrando como o interesse de seus veículos pelos valores que recebem dos anunciantes é maior do que pela saúde das meninas e meninos que representam o futuro do país. Mas voltemos ao tempo da criação da Campanha...

Um dos instrumentos mais poderosos usados por ela em seus primeiros meses de vida foi o filme [O Veneno está na Mesa](#), dirigido por Silvio Tendler. Me lembro muito bem como era a reação das pessoas quando fazíamos sessões nos mais diferentes lugares, sempre acompanhadas de debates, através do nosso comitê paulista. Realmente, o poder que os vídeos têm de impactar nossa reação é imenso e seria muito melhor se eles pudessem ser mais usados para mostrar a realidade e como ela pode ser transformada rumo ao equilíbrio, ao invés de virar uma ferramenta de lavagem cerebral, como a que é feita pelos marqueteiros do Agro que é Tóxico.

**Desde as sementes - inclusive de gente**

Se a política e a mídia, como já vimos, são massivamente usadas pela máfia do veneno como instrumentos de perpetuação e ampliação de seus poderes, eles não são os únicos. O trabalho de envenenamento cognitivo, assim como ocorre com o envenenamento biológico, começa pelas sementes.

Um dos motivos pelos quais não adianta lavar ou descascar os alimentos cultivados com agrotóxicos é porque a contaminação deles é sistêmica. Isso significa que a planta toda é atingida por essas substâncias tóxicas e remover a superfície de seus frutos pode até aliviar um pouco a carga, mas não vai resolver o problema. De fato, o (des)tratamento químico delas se dá desde as sementes e segue durante o tempo em que viverem. Isso vale ainda mais no caso das que têm as sementes geneticamente modificadas, já que, muitas vezes, elas “ganham” até a capacidade de produzir por si mesmas uma toxina contra futuras “pragas”, conceito que, vale sempre reforçar, não existe no modelo agroecológico de cultivo.

Assim, se você age sobre uma semente, tem grandes chances de interferir na vida de um indivíduo de uma espécie vegetal por toda a sua existência. Podemos dizer que isso pode valer para a nossa espécie também. A indústria alimentícia é campeã em direcionar sua publicidade para que ela atinja com precisão nossas sementes de gente - as crianças -, no intuito de fazer com que, desde bem pequenas, elas criem hábitos favoráveis à lucratividade de suas empresas. Acho que nem é preciso dizer que tais hábitos são diametralmente opostos aos que seriam favoráveis à saúde. Não é à toa que os anúncios publicitários de produtos ultraprocessados utilizam personagens e outros recursos lúdicos para atrair a atenção dos pequenos - o que é complementado por um lobby altamente agressivo na esfera política, [como o que têm dificultado a tributação](#) de produtos nada saudáveis, como os refrigerantes.

É essa mesma rede corporativa que assedia o ensino fundamental e chega a distribuir cartilhas “educativas” às escolas públicas e privadas, disseminando conteúdos que valorizam seus próprios produtos e mascaram os danos que eles podem causar. No caso da indústria venenosa, isso também vem acontecendo, inclusive através de movimentos “sociais” organizados pelo Agronegócio, como o *Mães do Agro*, que coordena uma ação intitulada [De Olho no Material Escolar](#). Desde muito cedo, portanto, a população é levada a acreditar que o modelo agroalimentar convencional é benéfico tanto no nível individual como no coletivo.

Das creches às universidades, o assédio vai se refinando e sabemos que, em cursos de graduação, como o de agronomia, os estudantes são levados a acreditar que precisam aprender a “receitar” (acho a palavra imprópria para essa ação, já que agrotóxicos não são remédios) todos os tipos de inseticidas, herbicidas, fungicidas e biocidas sintéticos em geral, para poderem atuar profissionalmente. Esse é um dos motivos em termos tanta dificuldade para levar assistência técnica adequada a quem não quer plantar dentro do modelo convencional envenenado e está em busca de uma forma agroecológica de cultivo. Enquanto as faculdades de ciências rurais forem fábricas de receitadores de agrotóxicos, as indústrias que fabricam essas substâncias vão seguir ampliando seus lucros e deixando um rastro de sofrimento e destruição no país.

### **Jaleco envenenado**

Se o lobby veneneiro atinge em cheio os profissionais que vão orientar agricultores e agricultoras, ele também vem sendo dirigido a setores que atuam em uma outra ponta do sistema agroalimentar. Estamos deixando a esfera dos campos e entrando na esfera das mesas. Como mostra [matéria recente](#) feita por Mariana Costa para O Joio e o Trigo, nutricionistas brasileiros foram considerados um alvo estratégico para o departamento marqueteiro-científico de empresas líderes no setor, como a Bayer.

Pressionada pelo efeito do aumento das preocupações da sociedade mundial em relação à crise ambiental, a gigante agroquímica investiu em publicações digitais destinadas a estudantes de nutrição e profissionais já graduados em nossa Terra Brasilis. Alega que, aqui, o conhecimento sobre agricultura nos cursos de formação da área é deficiente - o que, infelizmente, é mesmo uma realidade. Nestes anos de militância na Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, temos testemunhado uma falta expressiva da noção de como funciona o mundo rural tanto em faculdades quanto em hospitais e consultórios. Isso se traduz em uma crença de que alimentos cultivados de forma convencional são seguros e adequados para a população, o que está a léguas de ser verdadeiro.

De fato, nós, ativistas por uma alimentação saudável, também achamos que é necessário preencher essa lacuna tão problemática, já que se trata da falta de saber por parte justamente de quem vai recomendar o que as pessoas devem ou não comer. Se profissionais da área da saúde, como é o caso de nutricionistas, dizem para alguém que ele não deve ter receio de ingerir alimentos cultivados com agrotóxicos - quando sabemos que a verdade é que há um conjunto de pesquisas científicas sérias que provam o contrário -, a tendência é que essa pessoa confie na orientação recebida, já que veio da parte de quem ela considera que tem autoridade para falar sobre o assunto.

Sabemos que faz toda a diferença quando alguém vestindo um jaleco em um consultório recomenda que a gente faça ou não faça algo, não é? Supostamente, ele ou ela estudaram exatamente para nos informarem do que é correto fazer. Só que, [nas publicações que a Bayer produziu](#) para evangelizar estudantes e profissionais de nutrição, o termo agrotóxico, que é o correto de acordo com a legislação nacional, virou “protetor de cultivos”; assim como seus níveis de permissão de uso no Brasil, muitas vezes milhares de vezes maiores do que na Europa e totalmente incompatíveis com a manutenção da saúde, foram enquadrados como seguros, já que todas as substâncias autorizadas no país teriam passado por uma rígida avaliação, de acordo com o conteúdo veiculado.

O resultado é que a doutrina da Revolução Verde, que diz que somente com a adoção de imensas monoculturas envenenadas e mecanizadas podemos nutrir o mundo e garantir a segurança alimentar, vai seguir reinando na cabeça de muita gente. Da colonização da mente ao cotidiano no prato, alimentos com agrotóxicos seguirão sendo consumidos como se não fossem responsáveis por inúmeras doenças e por desequilíbrios ambientais dramáticos. Ponto para o lobby do Agro.

### **Que os vetos não caiam**

Mais de 2500 novos agrotóxicos foram aprovados nos últimos 5 anos no Brasil. Isso representa [cerca de metade do total](#) das substâncias permitidas no país. Um salto gigantesco em relação ao que foi aprovado nos governos Lula e Dilma 1 e 2. O ponto em que se iniciou essa aceleração pode ser facilmente localizado: o golpe de 2016. Uma das primeiras ações realizadas por Michel Temer, ao sentar na cadeira de presidente do país, foi autorizar a pulverização aérea nas cidades com o objetivo de combater os mosquitos transmissores de doenças como a dengue. E, em sua gestão, assistimos, pela primeira vez, à aprovação de mais de 400 novos agrotóxicos em um ano.

Durante os quatro anos do governo Bolsonaro, a situação só piorou. Mais de 500 novos venenos liberados anualmente, acompanhados de um boicote sistemático às políticas que favorecem a Agricultura Familiar e a Agroecologia. Era a consolidação do que podemos chamar de Agrofascismo, o reinado absoluto da bancada do trator, responsável pela proposição de medidas agressivas contra a natureza e os povos tradicionais que a protegem.

Nesse cenário de terror, o Brasil se tornou um pária mundial, sendo eleito como o país que pior lidou com a pandemia, ao deixar que ela vitimasse mais de 700 mil pessoas, quando teria todas as condições de impedir boa parte dessas mortes. Como se não bastasse matar a população com a negligência frente ao combate do vírus, o governo da época se empenhou para que o chamado [Pacote do Veneno](#) tramitasse na Câmara dos Deputados, onde foi aprovado e encaminhado à apreciação dos senadores. No apagar das luzes do último ano da gestão Bolsonaro, o Senado ameaçou aprovar o Projeto de Lei e detonar de vez nossa legislação reguladora de agrotóxicos, mas o governo de transição, já que Lula havia sido eleito e se preparava para tomar posse, entrou em cena e fez um acordo para adiar a votação naquele momento.

Foi assim que tivemos o desgosto de ver, alguns meses depois, [sua aprovação](#) em pleno governo progressista, após uma jornada de tantas décadas pelo parlamento. Fazia parte do que foi combinado e, nesse meio tempo, os partidos da base do governo conseguiram modificar um pouco o PL, reduzindo modestamente sua capacidade de causar danos à sociedade. E a bola foi passada para o poder executivo, a quem cabe vetar ou sancionar o que vem do Congresso. Era hora da rede de ativistas socioambientais pressionar o governo e o que não faltou foram gritos de "Veta, Lula!" nas redes sociais e nos espaços de participação cidadã, incluindo [a divulgação de um manifesto](#) assinado por um conjunto expressivo de organizações.

No último dia de prazo, dia 27 de dezembro de 2023, o governo federal decidiu por vetar 14 trechos da monstruosidade, sendo o mais importante o que diz respeito ao papel da Anvisa e do IBAMA na decisão de aprovar ou não um novo agrotóxico, já que, pelo PL aprovado, ambos seriam apenas consultivos e o poder se concentraria mesmo no MAPA, historicamente dominado por representantes do Agronegócio. Fim do ano, férias, recesso parlamentar, Carnaval e cá estamos nós. Com a volta dos trabalhos no Congresso, cabe aos deputados e senadores manter ou derrubar os vetos e à militância anti-veneno lutar contra a derrubada.

A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida reivindica a retomada do PRONARA - Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos, que depende do poder executivo e [segue mobilizando a sociedade](#) para pressionar os membros da Câmara Federal e do Senado e evitar que o estrago seja maior do que já foi, o que acontecerá caso os vetos caiam. Mais uma vez, somos nós, com nossa coragem e esperança, na luta contra a bancada do trator, sustentada pelo conglomerado financeiro da cadeia veneneira, com seu poder imensurável de comprar corações e mentes, seja via lobby direto ou disfarçado de contribuição à educação de nossas crianças, nossos jovens e nossos profissionais, dos campos às mesas, de norte a sul, de leste a oeste.

### **A Justiça não é surda**

Se o trator do veneno ganhar nas esferas legislativa e executiva essa queda de braços - tão desigual do ponto de vista econômico -, resta a nós recorrer ao poder judiciário para tentar que a corte declare que a lei é inconstitucional e ela não entre em vigor. Sabemos que a Justiça está longe de ser surda em relação ao canto da sereia entoado pelos poderosos e que ela já cedeu ao lobby corporativo várias vezes.

É preciso que nossas vozes cantem mais alto do que cantam os donos da grana. Temos que ampliar e afinar nosso coro, unindo nele todas as pessoas que acreditam que é possível viver em um mundo que não seja intoxicado por substâncias cada vez mais letais; que ainda sentem pulsar dentro de si a força das terras, das águas, das florestas e dos seres vivos que formam a teia vibrante que faz da VIDA algo tão maravilhoso; que ainda não tiveram sua sensibilidade entorpecida pela sedução do consumo imediatista e insaciável e não se tornaram definitivamente parte do que o Xamã David Kopenawa definiu como o povo da mercadoria; que sonham em encontrar, como propõe Mestre Nêgo Bispo, [um caminho de envolvimento](#), ao invés de um caminho de desenvolvimento ambiental.

Se a Justiça não é surda, cantemos juntos, juntas e juntes, nossa canção de amor e de luta. Que nossas encantadas e nossos encantados, tremulando aos quatro ventos, abençoem e amplifiquem o nosso canto, sacralizando nossa jornada.

### **Saber Funcional**

#### **Período pós-carnaval é uma oportunidade para reavaliar as escolhas alimentares e cuidar da saúde**

Por Valéria Paschoal - VP Consultoria Nutricional

O Brasil é um país que passa a funcionar verdadeiramente após o carnaval, com isso, muitas pessoas traçam seus planos e metas para o novo ano que está começando, após o feriado. Normalmente, dentro dessas metas e planos existe a inclusão de novos hábitos alimentares, prática de atividade física, parar com maus hábitos (fumo ou álcool).

O carnaval é frequentemente associado a festas, celebrações e uma variedade de alimentos indulgentes, que podem incluir desde petiscos fritos até bebidas alcoólicas açucaradas e alimentos ricos em calorias. Além do mais, durante o período de festa é comum que os foliões se desidratem muito, fazendo com que percam muitos sais minerais e água do organismo.

Um dos principais objetivos após o carnaval é voltar a uma rotina alimentar equilibrada, que inclua uma variedade de alimentos nutritivos e frescos. Isso pode envolver a reintrodução de alimentos ricos em

nutrientes, como frutas, vegetais, grãos integrais e proteínas, enquanto se reduz o consumo de alimentos processados, ricos em açúcares e gorduras saturadas.

Também muitas pessoas optam por aumentar sua ingestão de água após o carnaval, buscando reidratar seus corpos após dias de festas e consumo de bebidas alcoólicas. A hidratação adequada desempenha um papel crucial na manutenção da saúde e do bem-estar geral.

Em suma, os novos hábitos alimentares pós-carnaval são uma oportunidade para reavaliar as escolhas alimentares, priorizar alimentos nutritivos, hidratar o corpo adequadamente, praticar moderação e incorporar atividades físicas regulares. Essas mudanças podem não apenas ajudar a recuperar o equilíbrio após os excessos do carnaval, mas também estabelecer bases sólidas para uma vida mais saudável e vibrante a longo prazo.

Pensando na reposição de nutrientes pós-período de festa, um suco verde orgânico torna-se uma boa opção que confere boas fibras ao intestino, água para hidratar, minerais essenciais como magnésio, vitamina C e fatores anti-inflamatórios, além de ser uma receita de fácil acesso e incorpora-se espontaneamente na dieta do dia a dia.

### **Suco Verde Funcional**

#### **Ingredientes:**

2 folhas de bortalha

1 maçã verde

4 cambucis maduros (podendo ser a polpa congelada)

1 pedaço pequeno de raiz de gengibre

200 ML de água gelada

**Modo de preparo:** Lave bem os cambucis em água corrente e retire as sementes. Em seguida, corte-os em pedaços pequenos. Bata todos os ingredientes no liquidificador e tome sem coar.

### **Já Mudou!**

#### **As Sementes Crioulas: Tradição, Diversidade e Resistência no Alto Sertão sergipano**

Por Bruna Távora - MPA – Movimento dos Pequenos Camponeses

Inovações camponesas na preservação de sementes crioulas ajudam na superação de desafios climáticos, promovem a biodiversidade ecológica e são um patrimônio cultural que carrega conhecimentos tradicionais e práticas ancestrais.

As sementes crioulas, cultivadas e selecionadas ao longo de gerações pelas famílias camponesas do Movimento dos Pequenos Agricultores, desempenham um papel muito importante na agroecologia. Adaptadas às condições específicas de cada território, as variedades tradicionais possuem características genéticas que permitem sua resiliência a diferentes ecossistemas.

Em meio aos desafios impostos pela expansão do agronegócio, a resistência local no Alto Sertão de Sergipe, na região semiárida do nordeste do Brasil, é um exemplo inspirador de como comunidades camponesas preservam a riqueza da diversidade agrícola em suas mãos.

Na perspectiva da agroecologia camponesa, que busca promover a produção de alimentos de forma ecológica, conservando os recursos naturais e valorizando as práticas dos povos, as sementes crioulas são fundamentais. Cada variedade carrega consigo a história e a memória de como gerações camponesas vêm contribuindo para a saúde dos ecossistemas agrícolas e da soberania alimentar.

*“Além disso, a guarda e multiplicação dessas sementes promovem a autonomia camponesa, permitindo que os agricultores decidam sobre suas práticas agrícolas sem depender do mercado, e diversificando a oferta e a biodiversidade de alimentos”, destacam Andressa Paiva e Thaís Santos, militantes do Movimento dos Pequenos Agricultores.*

Na luta de classes do campo, o avanço do agronegócio impôs um processo de homogeneização genética e dependência das sementes comerciais. Lutando contra isso, o campesinato vem se apresentando com o sujeito político fundamental para a preservação de variedades tradicionais adaptadas e resilientes às condições sertanejas.

### **Estratégias de Resistência: tecnologias sociais que conservam sementes**

Entre os sujeitos políticos responsáveis pela salvaguarda das sementes, os Guardiões e Guardiãs de Sementes desempenham um papel fundamental. Através dos intercâmbios, há uma intensa troca de variedades e informações, o que possibilita a diversidade genética e a conservação da biodiversidade agrícola.

Em razão do clima e da necessidade de convivência com a seca no sertão de Sergipe, uma das tecnologias sociais criadas para a preservação são as cisternas, que armazenam água das chuvas, e permitem a produção de alimentos e a salvaguarda das sementes.

“Associado à cultura do estoque e entendendo a necessidade de ter um espaço coletivo para armazenar as sementes, uma estratégia bastante disseminada são as casas comunitárias de sementes”, apresentam sobre as Casas de Sementes.

Também os Encontros de guardiãs e guardiões, realizados em parceria com outros movimentos sociais do campo e universidades, propiciam momentos de reflexão sobre desafios e estratégias do campesinato na promoção da biodiversidade e no enfrentamento ao agronegócio. As trocas na escala da comunidade se dão no campesinato a partir da relação de vizinhança, essa que é uma característica que evidencia a dimensão local da vida camponesa.

*“Os Intercâmbios de sementes e saberes são fundamentais para fortalecer o patrimônio genético e a articulação comunitária do campesinato. Essas trocas, realizadas, contribuem não apenas para a diversidade de sementes, mas também para a disseminação do conhecimento entre os agricultores”, destacam.*

O uso de tecnologias sociais, como cisternas, os intercâmbios, e Casas de Sementes são práticas tradicionais e, ao mesmo tempo, inovações camponesas. A apropriação dessas tecnologias favorece a preservação dos biomas e colabora com a construção de um futuro sustentável para a agroecologia em direção à soberania genética e alimentar dos povos. São contribuições fundamentais que o movimento camponês oferece à preservação e conservação da biodiversidade.

### **Troca de saberes no Congresso Brasileiro de Agroecologia: por uma ciência camponesa**

Este texto foi produzido a partir do resumo expandido técnico-científico apresentado no eixo temático *Biodiversidade e Conhecimentos das/os Agricultoras/es, Povos e Comunidades Tradicionais* no X Congresso Brasileiro de Agroecologia, que ocorreu em novembro de 2023 no Rio de Janeiro, e foi escrito pelas militantes e pesquisadoras Andressa de Paiva e Thais Moura dos Santos.

Acesse [aqui](#) o resumo completo.

### **Vamos Mudar?**

#### **“Não adianta só oferecer mais crédito, é preciso incentivar a produção nacional”, aponta Stédile**

Por Mariana Pitasse - Brasil de Fato

Um novo modelo de desenvolvimento popular para o país, baseado na agroecologia, na agricultura familiar e na produção nacional, é o que João Pedro Stédile, dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), destacou como caminhos para enfrentar a fome e a desigualdade. O apontamento foi feito durante um debate sobre segurança alimentar e neindustrialização, promovido pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, na região metropolitana do Rio de Janeiro.



Stédile ocupou uma cadeira no centro do debate, raramente destinada à representantes de movimentos sociais quando o assunto discutido é ciência, tecnologia e desenvolvimento nacional. Ao lado dele, estiveram pesquisadores e representantes de instituições e empresas, como Fernanda Machiaveli, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Edward Madureira, assessor da presidência da Finep, Cristhiane Oliveira, da Embrapa, e Rosilda Prates, presidente Executiva da P&D Brasil. Em sua fala, o dirigente do MST destacou a oposição entre o agronegócio e a agricultura familiar e a necessidade incentivar os pequenos produtores para construir um projeto de desenvolvimento e soberania alimentar justos para o país.

“O agronegócio produz riqueza mas não desenvolve o país porque não produz alimento, produz poucos commodities (soja, algodão, milho e carne bovina) que nem sequer pagam imposto ao serem exportados e tem o uso dos agrotóxicos como base dessas grandes produções, com efeito perverso no meio ambiente. Já a agricultura familiar, que corresponde à maioria dos que produzem e vivem da agricultura no país, tem toda a produção voltada para o mercado nacional e é riquíssima em tipos de alimentos produzidos”, explicou.

Além da importância da agricultura familiar, Stédile defendeu a agroecologia como método de produção. “Precisamos da agroecologia para produzir em equilíbrio com a natureza. O principal desafio é como massificar a agroecologia. Aqui entra o ponto da discussão de hoje, precisamos potencializar a prática, com sementes, fertilizantes orgânicos, sem a dependência química, e com incentivo ao uso das máquinas agrícolas”, complementou.

#### Maquinário e desenvolvimento

Em consonância, Fernanda Machiaveli, secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, destacou os projetos que o governo federal tem desenvolvido sobretudo em torno do incentivo à mecanização, compra de equipamentos e implementos para a agricultura familiar através do programa Mais Alimentos, uma linha do Pronaf Investimentos, criado a partir de um decreto em junho do ano passado.

“Precisamos diminuir a penosidade do trabalho no campo e melhorar a qualidade de vida desses trabalhadores, para isso precisam ter acesso a máquinas que reduzam o esforço físico. Assim, além de potencializar a qualidade do trabalho, aumentamos a produtividade e melhoramos distribuição agrária no país”, explicou.

Fernanda ainda lembrou a discrepância do acesso ao maquinário na agricultura familiar em diferentes regiões do país. Segundo a secretária-executiva, a região Sul do país tem a maior concentração de maquinário, enquanto a Nordeste, que reúne o maior número de produtores do país, tem a menor mecanização.

Para Stédile, o crédito oferecido é um caminho para mudar essa realidade mas não a solução. “Não adianta só oferecer mais crédito, é preciso colocar máquina e fábricas de máquinas nos municípios. Temos que ter nossa produção para atender às nossas demandas”, afirmou.

Para dar conta dessa questão e de outras que fazem parte do processo de produção agrícola, que envolvem sementes, fertilizantes e outros insumos, Cristhiane Oliveira, da Embrapa, aponta a importância do desenvolvimento da ciência e da tecnologia nacional.

“Ciência e tecnologia só fazem sentido se está voltada para a solução de problemas para a população, para isso, é preciso conhecer a realidade dos territórios. A partir do nosso olhar, ainda que diferenciado, vindo da ciência, para identificar e reconhecer as limitações. Esse é um desafio conjunto, nexos de relação entre sociedade, Estado e instituições. Neoliberalização significa reorientar nossas bases, repensar linhas de pesquisa e objetivos”, apontou.

#### Ciência e tecnologia

O debate foi o sétimo e último da série de seminários temáticos que tem por objetivo gerar subsídios para a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que acontece em junho deste ano. A

atividade tem início na parte da manhã na UFF e a segunda parte acontece no período da tarde, no Espaço Pilotis, localizado na sede da Finep, na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro.

No evento da tarde, será discutida a integração entre as diretrizes da política de ciência, tecnologia e informação e da nova perspectiva de neointustrialização. Participam do encontro Fernando Peregrino (Finep), Jefferson Gomes (CNI), Paulo Foina (ABIPTI), Verena Barros (CNDI), Elias Ramos (Finep), Marcela Flores (ANPEI) e Carlos Gadelha (GECEIS/MS).

Ao longo dos sete encontros, os seminários de neointustrialização reuniram mais de 2 mil pessoas para dialogar sobre 12 temas considerados relevantes sobre a contribuição da área de Ciência, Tecnologia e Inovação à Neointustrialização e que geraram 28 horas de debates. Até o momento, o evento contou com a presença de 64 palestrantes que representam 53 instituições de ensino e pesquisa, governo, sociedade e empresas. Foram 28 horas de debates.

A iniciativa conta com o apoio da Abipti, CNI, MEI, BNDES e CNDI. Nas pautas, foram discutidos os ecossistemas de minerais estratégicos, transição energética, base industrial de defesa e segurança, financiamento de inovações, inteligência artificial, entre outros.

Edição: Clívia Mesquita

## **Brotar é Preciso**

### **Descubra como preparar seu oleato de ervas e aproveite os benefícios que eles trazem para a saúde** Por Conceição Trucom - Doce Limão

Os OLEATOS são extratos oleosos ou infusões em óleo. São óleos 'de ervas' com propriedades terapêuticas, que podem ser usados no preparo de cosméticos caseiros e naturais, como também na alimentação.

A infusão de óleos é um método para agregar propriedades, aroma e cor a partir de ervas, raízes, cascas, frutos e sementes em infusão com algum azeite, cera, manteiga ou óleo carregador, como por exemplo óleo de oliva, jojoba, girassol e coco. Podendo também ser usada mistura de 2 ou mais carreadores.

A qualidade da infusão depende de alguns fatores como higiene, graus de umidade dos ingredientes (quanto mais seco ideal), qualidade do carreador (ideal por prensagem a frio), qualidade e variedade da erva. Essas infusões geralmente são preparadas 'xamanicamente' e enterradas na terra por 30 dias. Mas existem duas formas de acelerar o processo: a solar e por banho-maria.

- Solar: colocar o pote de vidro embrulhado em papel pardo sob o sol por 3 dias de sol intenso,
- Banho-maria: colocar seu pote em banho-maria por aproximadamente uma hora e meia.

Em geral deve-se encher o pote de vidro até 2 dedos abaixo da boca e preencher com o carreador até que cubra a erva. Oleatos que não devem faltar na sua botica: [Camomila](#), Orégano, Lavanda, Calêndula.

Sobre a validade, vai depender da erva estar bem seca (umidade residual sempre pode gerar fungos), da qualidade do carreador e da higiene usada no preparo. Também é importante a embalagem, pois ao colocarmos nossas mãos sempre ocorrerá o risco de contaminação. Neste caso, super recomendo o gotejador ou bisnaga do tipo para catchup.

Em geral, começo a usar logo após o preparo e, de acordo com minha experiência, ele dura 2-3 meses. Assista [aqui um vídeo](#) que mostra mais desse assunto inspirador.

## **Semeando**

### **Ciclo de vivências sobre Cultivo, Alimentação e Saúde; publicações; vídeos e muito mais na agenda**

#### **Destaques:**

- O MUDA - Movimento Urbano de Agroecologia – realiza o **Ciclo de vivências sobre Cultivo, Alimentação e Saúde 2024**, em parceria com o SESC Osasco. As atividades são gratuitas e acontecem

todas as quintas-feiras, às 14 horas, em hortas comunitárias do município. A próxima será no dia 29 de fevereiro e será sobre compostagem. [Saiba mais no nosso insta](#). Pode chegar que não é necessário fazer inscrição prévia.

- A segunda edição do Sampa+Rural: Acelerando Hortas chegou! O edital ([acesse aqui](#)) busca selecionar 20 projetos de iniciativas relacionadas à agricultura urbana e periurbana na cidade de São Paulo, apoiando a gestão, estruturação de espaços e adoção de tecnologias sociais e sustentáveis, visando a consolidação e expansão deste importante setor. Os selecionados participarão de um programa de aceleração por seis meses, que inclui: R\$30 mil em materiais e serviços para implantação do projeto; Elaboração de plano de negócio; Acompanhamento individual; Capacitações coletivas. Envie suas dúvidas para o e-mail: [hortasurbanas@adesampa.com.br](mailto:hortasurbanas@adesampa.com.br)

- A partir do monitoramento que registra as ocorrências ambientais de todo o país, o Plano Clima, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, selecionou 1.038 cidades brasileiras consideradas mais vulneráveis às mudanças climáticas. O [documento define a política nacional](#) e a criação de metas e estratégias futuras sobre o tema, em frentes de mitigação e adaptação. Segundo a InfoAmazonia, 200 (19%) desses municípios estão na Amazônia Legal. Apenas Amazonas e Maranhão concentram 60% das cidades da região escolhidas pelo plano.

#### **Atividades, celebrações e premiações:**

- O livro '[O triunfo da dúvida: dinheiro obscuro e a ciência da enganação](#)' é o resultado de mais uma parceria entre o Joio, a Editora Elefante e a Act Promoção da Saúde. No dia 5 de março, às 18h, junte-se a nós para discutir sobre o lobby científico das corporações e seus impactos na saúde e no meio ambiente. O evento, em formato híbrido, terá participação online do autor, David Michaels, epidemiologista premiado e professor universitário, que mostra em sua obra como é sistemática a estratégia de semear a dúvida por meio da distorção e da fabricação direcionada de evidências científicas.

- A UMAPAZ promove, no dia 12 de março, a [Palestra: Os Impactos dos Hábitos Alimentares no Meio Ambiente](#). Nossas escolhas alimentares estão entre as ações individuais mais significativas em termos de impactos sobre o Meio Ambiente, a sociedade, a economia e nós mesmos. De que forma podemos relacionar uma de nossas atividades mais básicas, o ato de se alimentar, com sustentabilidade? Participe e compartilhe em suas redes.

- Nos dias 12 a 15 de março, haverá o seguimento do [seminário Lutas Urbanas Feministas](#), que ocorrerá em São Paulo, e visa aprofundar as discussões, trocar experiências e fortalecer os laços construídos durante o seminário internacional. O evento em São Paulo consiste em duas etapas: um dia de palestras sobre metodologia de pesquisa feminista, no qual vamos conhecer o trabalho das parcerias da África do Sul e Tanzânia no Centro de Pesquisa e Formação do SESC (R. Dr. Plínio Barreto, 285 - Bela Vista), que acontecerá em 12 de março; e três dias de visita em campo em territórios no Centro, Zona Leste e Zona Sul de São Paulo, passando por projetos que envolvem reforma de edifícios de moradia ocupados, mutirões habitacionais, projetos agroecológicos, entre outras. Vamos de ônibus para estes lugares, seria lindo tê-las circulando nestes circuitos de produção e afetos, misturando setoriais e políticas!

#### **Publicações e relatórios:**

- As 100 maiores empresas de insumos para o Agronegócio receberam um total de 140 bilhões de isenções de impostos, somente em 2021. A Controladoria-Geral da União divulgou [detalhes de isenções de tributos federais concedidas a empresas durante 2021](#). Proximamente, serão divulgados pelo Ministério da Fazenda os dados de 2019, 2020 e 2022. Confira e divulgue esse abuso político-econômico para dar um basta nessa exploração.

- A FIAN Brasil lançou o relatório [Insegurança Alimentar e Nutricional em Retomadas Guarani e Kaiowá – Um Estudo em Cinco Territórios Indígenas do Mato Grosso do Sul](#). A pesquisa atualiza a situação de três comunidades estudadas em 2013 (Guaiviry, no município de Aral Moreira; Kurusu Ambá, em Coronel Sapucaia; e Ypo’i, em Paranhos) e inclui outras duas (Apyka’i, em Dourados, e Ñande Ru Marangatu, em Antônio João). “Com esta pesquisa, pudemos avaliar a importância das retomadas das terras tradicionais para a alimentação e a promoção da saúde das famílias”, comenta a secretária-geral da organização, Nayara Côrtes Rocha. “Os números mostram uma melhora em relação a dez anos atrás, mas também a persistência de um quadro de precariedade e vulnerabilidade.

- Vai até 1 de maio a chamada de trabalhos para o [número temático Fome e Alimentação na História](#), da revista Estudos Históricos (FGV), organizado por Rômulo de Paula Andrade (PPGHCS/COC-Fiocruz) e Stefan Pohl-Valero (Universidad del Rosario/Bogotá, Colômbia). A edição busca pesquisas que relacionem alimentação e fome em diferentes instituições, organizações e perspectivas, incluindo o papel de profissionais da saúde e de políticas públicas e a história cultural dos hábitos alimentares. A chamada é para quem está cursando ou já terminou o doutorado, com a possibilidade de coautoria com quem já defendeu o mestrado.

### **Reportagens, artigos e vídeos:**

- Assista na íntegra o [vídeo compartilhado pelo SINDINUTRI- SP](#). Por um lado, a fome e a insegurança alimentar, que atinge em diferentes graus mais da metade da população brasileira. Por outro, o lobby da indústria de alimentos para a venda de produtos ultraprocessados, que oferecem baixo valor nutritivo a preços acessíveis. O documentário, produzido pela equipe do Jornal Brasil de Fato, aborda os três caminhos possíveis para solucionar essa questão: produção de alimentos saudáveis, renda digna e consumo consciente.

- Turma do Juruá, animação educativa sobre a megafauna aquática amazônica está no ar! “[O rio secou, e agora?](#)” Esse é o nome de uma aventura que envolve os gigantes dos rios e já está disponível para os pequenos assistirem! No episódio da animação Turma do Juruá, vamos conhecer Arapa, o pirarucu de coração grande, e sua filha Guiga, uma bodequinha que está agoniada com a seca natural do rio. Arapa conta para Guiga como eles chegaram no lago protegido onde vivem, em uma história engraçada que envolve perigos enfrentados e amizades feitas pelo caminho.

- O portal A Terra é Redonda publicou o artigo [Por que romper com a “monotonia alimentar”](#), escrito por Ricardo Abramovay. Segundo ele, a pobreza nutricional e crise climática exigem diversificar cultivos e comida, as instituições que ajudaram a propagar o modelo atual admitem que ela se esgotou e futuras pesquisas devem apoiar-se na relação com ecossistemas locais.

## **CSAção**

### **CSAs cultiva práticas comunitárias verdadeiramente humanas, com base em partilha e fraternidade**

Por Daniel Pestana Mota, diretor presidente da Associação Comunitária CSA Brasil

Como nos tornamos sujeitos, estes que demandam por direitos e, não obstante, devem observar algumas obrigações? Esta questão, que nem de longe é debatida ou ocupa noticiário, ou mesmo está contida nos currículos escolares, possui uma importância vital caso se pretenda, de verdade, conhecer os rumos que a humanidade tem tomado pelo menos nos últimos 300 anos!

Pois dentre várias especulações possíveis, há um ponto que não guarda qualquer dificuldade de ser compreendido. A subjetivação, ou o processo pelo qual nos tornamos sujeitos, que nos faz poder decidir dentre várias possibilidades, têm, neste período que faz nascer, crescer e consolidar o sistema capitalista, uma centralidade escancarada: a disputa!

Passado algum período de vida, já no ambiente escolar, onde se dá (ou deveria se dar o aprendizado), o signo da disputa mostra-se presente de maneira central, situação que atravessa toda a nossa vida. Passamos décadas a fio, treinando e exercendo a concorrência! Claro que tentamos criar regras, perfumar e temperar este terreno, buscando ares de humanismo e conseguindo, sem dúvida, que esta maneira de se “desenvolver” seja vista não apenas como a única possível, mas a salutar, a que, a depender do modo como é exercida, promove saúde!

Disputa ética, disputa sustentável, disputa respeitosa... São tantos adjetivos camufladores que a sociedade parece não ter criatividade e coragem para perceber que, seja qual for a disputa, ela sempre estará diminuindo uma pessoa perante outra.

Não se escreve uma linha para tão somente aventar, apenas no campo da hipótese, de que a subjetivação, tal como exercida há séculos, impede que se tentem novos modos de convivência, e que têm, na partilha como elemento central, uma possibilidade potente de promoção de saúde social.

No movimento das CSA's (comunidades que sustentam a agricultura) nos esforçamos para migrar da cultura do preço para a cultura do apreço. Com exemplos práticos que garantem a convivência harmoniosa no interior destas comunidades, acreditamos que nosso papel está se consolidando no plano da formação de práticas comunitárias verdadeiramente humanas, onde a partilha e a fraternidade passam a ser, no âmbito econômico, o elemento central para que, nas relações entre as pessoas que fazem parte destes grupos, viva a subjetivação capaz de emancipar-nos de modelos egoístas, numa prova de que é possível se constituir enquanto sujeito em bases diversas da concorrência e da disputa.

### **Cuidado: Veneno!**

**“Não existe uso seguro de agrotóxico e estados podem restringir lei”, afirma procurador do trabalho**  
Por Yala Sena – Cidade Verde

O Piauí criou nesta terça-feira (27) o Fórum Piauiense de Combate ao Mau Uso dos Agrotóxicos e o procurador de Brasília, Pedro Serafim, autoridade nacional sobre o assunto, fez alerta para os gestores e população. Segundo ele, não existe uso seguro do agrotóxico e os estados podem aprovar legislação restringindo esses produtos químicos.

Pesquisa aponta que nos últimos 10 anos, cresceu em mais de 70% o uso de agrotóxico no país e a plantação só aumentou 27%.

“Não existe uso seguro de agrotóxico por vários fatores. Já se encontrou agrotóxico onde nunca se plantou, se pulverizou. A chuva leva, a evaporação, tudo isso. Temos que criar condições de fiscalizações e o cidadão e produtor precisam ter noção de que não existe uso seguro”, disse o subprocurador do Trabalho, Pedro Serafim, que preside o Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos.

#### Estados podem restringir

Durante palestra, o subprocurador informou que o Ceará foi o primeiro estado que aprovou a restrição de uso de pulverização aérea. Com isso, há jurisprudência para os estados restringirem medidas contra o mau uso do agrotóxicos.

“A Assembleia do Piauí tem competência legislativa concorrente, segundo o STF, e isso mostrou em um recentemente caso do Ceará”, disse Pedro Serafim. De acordo com o procurador, um dos impactos negativos da nova lei do uso do agrotóxico é o “risco aceitável”.

“A lei anterior dizia que não podia aprovar teratogênicos, carcinogênico e a lei fala em risco aceitável, o que flexibiliza porque não existe conceito de risco aceitável ou inaceitável”, disse.

Outra questão prejudicial e a retirada do Ibama, Anvisa e Ministério da Agricultura no processo de autorização do agrotóxico.

“Outro fato de gravidade é autorização que a lei dar para a instalação no Brasil de uma fábrica de produtos não autorizados, desde que seja só para exportação”, disse Pedro Serafim. O Fórum piauiense contará com 30 integrantes de vários órgãos e vai intensificar a fiscalização no Piauí.

“O Fórum traz a importância do diálogo entre as instituições para que a gente possa conseguir defender o meio ambiente e a população como um todo, no que se relaciona ao uso dos agrotóxicos, sobretudo com a entrada em vigo de uma nova lei, sancionada em dezembro, que trata desse uso”, disse a promotora Áurea Madruga.

Veja [aqui](#) o que diz a nova lei